



da: campanha para valorizar o Congresso Nacional

149 Inocêncio procura saída jurídica

O líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), iniciou ontem uma série de conversas com diversos partidos para ver se existe alguma solução jurídica para que os parlamentares, atendendo à apelo do presidente Fernando Henrique Cardoso, reduzam seus salários. Existe certa boa vontade, mas dificilmente o Congresso vai alterar o que foi estabelecido. Os obstáculos são, inclusive, de natureza constitucional: a Constituição estabelece que uma legislatura é que fixa o salário da seguinte e que não pode haver redução de salário.

Inocêncio apresentou ao líder do PSDB, José Aníbal (SP), duas propostas: o Congresso pagaria o 13º salário, mas cortaria as ajudas de custo (duas, uma no início, outra no final do ano, representando o 14º e o 15º salários); ou cortaria o 13º, mantendo as duas ajudas de custo, que seriam reduzidas de 100% para 55% do salário, como era antigamente. Inocêncio disse que a decisão tem que ser articulada

entre o Legislativo, o Judiciário e o Executivo que, aliás, concordaram com a solução que foi votada em janeiro. Inocêncio acredita que o Congresso pode dar um bom exemplo e disse que não quer “passar a vida toda justificando os salários dos deputados”.

O líder do PSDB, José Aníbal (SP) pretende reunir a bancada na próxima semana para discutir a questão. “Estamos abertos a conversar, o modo de operar existe, mas é preciso também ter vontade política”, ponderou. Encarregado pelo próprio líder para examinar o problema, no entanto, o deputado Almino Affonso (SP) acredita que a única forma de diminuir o salário aprovado é a renúncia, que é um ato unilateral de vontade. Ou seja, cada parlamentar teria que abrir mão de parte de seus vencimentos.

Hipocrisia — O mais difícil, porém, é a redução passar pelo plenário. A reação negativa à medida pôde ser sentida pelo tom da declaração do líder do PTB, Nelson Trad

(MT) sobre o assunto: “Lei é lei, é para ser cumprida, se arrependeu, azar; mudar agora seria a suprema afirmação de hipocrisia”. O que o Governo quer na aplicação da lei, perguntava ele, é a “elasticidade do juiz de futebol?”.

Um outro parlamentar lembrava que, líquidos, os salários não passarão de R\$ 5.200,00 — para aqueles que não dão contribuição aos seus partidos, como os petistas.

Amaral — O porta-voz da Presidência da República, embaixador Sérgio Amaral disse ontem que a Advocacia-Geral da União está estudando uma “forma legal” de cumprir o desejo do Presidente Fernando Henrique Cardoso de doar parte de seu salário e dos ministros ao programa Comunidade Solidária. O presidente quer que 25% dos salários sejam depositados numa conta do Banco do Brasil para a Comunidade Solidária. “O assunto ainda está sob análise jurídica”, declarou o porta-voz.